

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante “Cedro” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Atualmente, a Companhia exerce suas atividades através da operação de três fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e também através de sua controlada Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante “Santo Antônio”), indústria têxtil instalada em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE.

A Cedro e sua controlada, Santo Antônio, aderiram ao PRT - Programa de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória 766/2017 e ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória 783/2017 convertida na Lei nº 13.496 em 24 de outubro de 2017. Os débitos tributários perante a Secretaria da Receita Federal foram liquidados em sua maior parte com utilização de prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, R\$36.996 na Controladora e R\$52.751 no Consolidado (Nota 25), e o restante em parcelas mensais.

A Administração considera que a concretização de operação estratégica resultou na recuperação da estrutura de capital como também na consolidação da rentabilidade em patamares sustentáveis, capazes de garantir liquidez suficiente para a operação bem como a continuidade operacional prolongada da Companhia.

A venda de ativos que não afetam diretamente a operação principal da Companhia, permanecem em entendimentos.

Na análise da geração de caixa medida pelo Ebitda, os valores positivos apresentados são R\$62.313 em 2018 e R\$66.515 em 2017 consolidado.

Avançam os trabalhos de alongamento da dívida de curto prazo, cujo resultado já é percebido no ano de 2017 e 2018.

A Administração considera que a concretização de operações estratégicas no decorrer de 2017 e 2018 resultaram não só em recuperação da estrutura de capital como também na consolidação da rentabilidade em patamares sustentáveis, capazes de garantir liquidez suficiente para a operação bem como a continuidade operacional prolongada da Companhia.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo atribuído” de edificações, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações na data de transição para os CPCs, e determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A publicação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de março de 2018.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2018 e em 01 de março de 2017 a Cedro Gestão de Ativos foi incorporada pela Cedro.

Razão social	País sede	Participação (%)	
		Total	Votante
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	85,44	99,99
Cedro Gestão de Ativos S/A	Brasil	100	100

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, das duas principais controladas.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras em títulos de renda fixa e depósitos interfinanceiros acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, cujo risco de mudança de valor justo é insignificante, sendo utilizadas pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

2.7.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha

transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

2.7.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia e suas controladas na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

2.8. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como “Outros passivos financeiros”.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem

juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 25). A alíquota efetiva do imposto de renda é calculada levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedido, sobre as projeções futuras de resultado.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

2.12. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota 15.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

2.13. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.14. Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(ii) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(iii) Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.15. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos para venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos

tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

2.18. Destinação do lucro

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio é registrada nas demonstrações financeiras segundo as determinações estatutárias, como um passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.19. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

2.20. Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as

IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.21. Principais mudanças nas políticas contábeis

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente).

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros).

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de *impairment* para ativos financeiro sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. Essa norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua mensuração, assim como não apresentam risco de *impairment* ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras.

2.22. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia:

(i) IFRS 16 / CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um

passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Essa norma é efetiva para os exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos rendimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019 e estima que conhecerá Ativos de direito de uso e Obrigações por arrendamentos mercantis no valor de R\$ 6.745 na controladora e R\$ 7.231 no consolidado.

(ii) IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação, que entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. A Companhia está em fase de avaliação dos impactos da norma, porém não espera efeitos significativos da adoção.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são as relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos, estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

derivativos e provisões, as quais estão apresentadas detalhadamente em cada uma das notas explicativas.

(a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

A Companhia realizou as projeções para recuperação dos impostos diferidos, de acordo com a Instrução CVM 371, considerando o índice atual de inflação. A análise demonstrou a recuperação dos ativos no prazo de 05 anos.

(b) Provisões para riscos

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Na Nota 18, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria “possível”. Caso essa avaliação seja alterada para “provável”, esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

(c) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de

acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para realização dos estoques, provisão para realização de créditos tributários, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

(d) *Going-concern*

A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não identificou nenhum indicador que colocasse em risco a capacidade de operação. Diante disto, a Administração preparou as demonstrações financeiras utilizando políticas contábeis aplicáveis a empresas com continuidade de operações (*on a going-concern*), as quais não consideram quaisquer ajustes decorrentes de incertezas sobre a sua capacidade de operar de forma continuada.

(e) *Impairment*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetivas de que os ativos tenham capacidade ou não de geração de caixa no curso da sua vida útil. A Administração considera que as perdas por *impairment* sejam incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de perda e impactos nos fluxos de caixa futuros estimados no grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Na data do balanço, não há evidências identificadas de deterioração de ativos e os critérios estão mencionadas na Nota 15.

4. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

(a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não obstante a Controladora apresenta capital circulante líquido negativo, a gestão do risco de liquidez é realizada considerando as operações consolidadas da Companhia.

(d) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade abaixo.

(ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	Em dólares americanos (US\$ mil)		Em dólares americanos (US\$ mil)	
	2018	2017	2018	2017
Financiamentos em moeda estrangeira (US\$ mil)	(1.533)	(1.844)	(2.042)	(1.844)
Fornecedores mercado externo (US\$ mil)	(242)	(70)	(434)	(97)
Depósitos em dólar (US\$ mil)	22	808	30	1.112
Contas a receber em moeda estrangeira (US\$ mil)	1.152	2.166	2.182	3.153
Exposição ativa (passiva) líquida (US\$ mil)	(601)	1.060	(264)	2.324

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$3,75, conforme entendimento do mercado, divulgado por meio do Boletim Focus de 18 de janeiro de 2019. Na controladora e consolidado os cenários II e III foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do consolidado e da controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2018, de R\$3,8748.

	Controladora				Consolidado			
	2018				2018			
	Base	Provável	II	III	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(5.940)	(5.749)	(7.186)	(8.624)	(7.912)	(7.658)	(9.573)	(11.487)
Fornecedor mercado externo	(938)	(908)	(1.135)	(1.362)	(1.682)	(1.628)	(2.035)	(2.442)
Contas a receber em moeda estrangeira	4.464	4.320	5.400	6.480	8.455	8.183	10.229	12.275
Depósitos em dólar	85	83	104	125	116	113	141	170
Exposição ativa (passiva) líquida	(2.329)	(2.254)	(2.817)	(3.381)	(1.023)	(990)	(1.238)	(1.484)
Efeito líquido da variação cambial - perda	-	75	(488)	(1.052)	-	33	(215)	(461)

(e) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2018, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 6,40%, a TJLP em 6,98% e o CDI em 6,40%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de valorização da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

	Controladora				Consolidado			
	2018				2018			
	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível	Cenário remoto	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível	Cenário remoto
			25%	50%			25%	50%
<u>Empréstimos Indexador:</u>								
TJLP + 7,00%	(5)	(1)	(1)	(2)	(140)	(20)	(25)	(30)
100% CDI + 5,16% a 5,54%	(17.456)	(2.089)	(2.611)	(3.134)	(17.456)	(2.089)	(2.611)	(3.134)
148% CDI	(40.088)	(3.904)	(4.880)	(5.856)	(40.088)	(3.904)	(4.880)	(5.856)
100% SELIC + 4,30% a 8,00%	(59.557)	(7.814)	(9.768)	(11.721)	(82.247)	(10.791)	(13.489)	(16.187)
100% CDI + 4,03% a 15,38%	(24.063)	(4.514)	(5.643)	(6.771)	(40.945)	(7.681)	(9.601)	(11.522)
140% CDI	(951)	(85)	(106)	(128)	(951)	(85)	(106)	(128)
	<u>(142.120)</u>	<u>(18.407)</u>	<u>(23.009)</u>	<u>(27.612)</u>	<u>(181.827)</u>	<u>(24.570)</u>	<u>(30.712)</u>	<u>(36.857)</u>
<u>Aplicações Financeiras</u>								
<u>Indexador:</u>								
95% Selic	-	-	-	-	188	11	14	17
90% a 102% CDI	1.520	91	114	137	1.654	100	125	151
	<u>1.520</u>	<u>91</u>	<u>114</u>	<u>137</u>	<u>1.842</u>	<u>111</u>	<u>139</u>	<u>168</u>
Exposição líquida	<u>(140.600)</u>	<u>(18.316)</u>	<u>(22.895)</u>	<u>(27.475)</u>	<u>(179.985)</u>	<u>(24.459)</u>	<u>(30.573)</u>	<u>(36.689)</u>
(Aumento) / redução nas despesas financeiras anuais	-	-	(4.579)	(9.159)	-	-	(6.114)	(12.230)

(f) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	188.284	167.233	256.435	232.464
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(3.173)	(3.637)	(4.447)	(5.559)
(-) Aplicações Financeiras (nota 7)	(1.520)	(1.878)	(3.094)	(3.380)
A - Dívida líquida	183.591	161.718	248.894	223.525
Total do patrimônio líquido	190.187	141.578	208.701	162.959
B - Capital e dívida líquida	373.778	303.296	457.595	386.484
A/B - Quociente de alavancagem (%)	49,12	53,32	54,39	57,84

(g) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos;
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações Financeiras, conforme Nível 2:

	Controladora				Consolidado			
	2018		2017		2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(188.284)	(198.500)	(167.233)	(172.599)	(256.435)	(268.939)	(232.464)	(243.110)
Cessão de Recebíveis	(41.708)	(42.083)	(42.895)	(43.416)	(80.423)	(81.146)	(71.373)	(72.240)
	<u>(229.992)</u>	<u>(240.583)</u>	<u>(210.128)</u>	<u>(216.015)</u>	<u>(336.858)</u>	<u>(350.085)</u>	<u>(303.837)</u>	<u>(315.350)</u>

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

5. INSTRUMENTO FINANCEIRO POR CATEGORIA

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativos financeiros				
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes (nota 8)	86.232	72.152	154.133	124.162
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	3.173	3.637	4.447	5.559
Depósito judicial	1.579	1.435	2.747	2.499
Títulos e certificados	12.202	8.360	12.202	8.360
Dividendos a receber	-	4.621	-	-
Crédito partes relacionadas (nota 11)	145	145	-	-
Outras contas a receber	25	20	29	26
Aplicações financeiras ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	1.520	1.878	3.094	3.380

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	188.284	167.233	256.435	232.464
Cessão de recebíveis	41.708	42.895	80.423	71.373
Fornecedores	48.741	61.018	68.961	45.322
Mútuo em controlada (nota 11)	13.384	14.410	-	-
Outras contas a pagar	3.319	3.061	6.049	5.003

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e contas correntes bancárias	3.088	964	4.331	1.881
Numerário em moeda estrangeira	85	2.673	116	3.678
	<u>3.173</u>	<u>3.637</u>	<u>4.447</u>	<u>5.559</u>

Os numerários provenientes das receitas de exportações são mantidos em moeda estrangeira aguardando o momento oportuno para conversão, portanto sujeito ao risco cambial.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Certif. de depósitos bancários - CDB	1.520	1.878	1.654	2.003
Fundo de investimento	-	-	1.440	1.377
	<u>1.520</u>	<u>1.878</u>	<u>3.094</u>	<u>3.380</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações vinculadas a empréstimos financeiros, negociáveis e com alta liquidez no mercado. As aplicações em CDB de liquidez imediata possuem rentabilidade próxima à variação de 90% a 102% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e as aplicações lastreadas em Debêntures rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

Os fundos de investimento são aplicações preponderantemente em títulos públicos que procura acompanhar a variação do CDI.

Todavia, tais aplicações não atendem a todos os critérios para serem registrados como equivalentes de caixa.

8. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cliente no país	98.081	78.187	175.503	142.570
Cliente no exterior	4.464	7.165	8.455	10.430
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.289)	(13.200)	(26.801)	(28.838)
	<u>89.256</u>	<u>72.152</u>	<u>157.157</u>	<u>124.162</u>
Parcela longo prazo	(3.024)	-	(3.024)	-
	<u>86.232</u>	<u>72.152</u>	<u>154.133</u>	<u>124.162</u>

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	79.887	62.439	142.511	108.503
Vencidos				
Até 30 dias	4.636	5.592	7.919	8.447
Entre 31 e 60 dias	1.077	2.008	1.213	3.096
Entre 61 e 90 dias	46	1.153	309	1.767
Acima de 90 dias	16.899	14.160	32.006	31.187
	102.545	85.352	183.958	153.000

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	(13.200)	(11.886)	(28.838)	(25.773)
Adições (Nota 22)	(1.673)	(3.158)	(3.486)	(6.306)
Baixas líquidas de reversão	1.584	1.844	5.523	3.241
Saldo no final do exercício	(13.289)	(13.200)	(26.801)	(28.838)

Durante o exercício de 2018 a Companhia descontou recebíveis no valor contábil total de R\$41.708 (R\$42.895 em 2017) na controladora e R\$80.423 (R\$71.373 em 2017) no consolidado, na modalidade FIDC. Se os recebíveis não forem pagos no vencimento, o fundo poderá solicitar a Companhia a recompra do título não liquidado. Como os riscos e benefícios relevantes desses recebíveis não foram transferidos, a Companhia reconheceu o caixa recebido na transferência como passivo na rubrica de Cessão de Recebíveis.

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos acabados	18.247	23.716	22.803	30.875
Produtos em processo	21.274	17.319	45.093	29.927
Matérias-primas	16.306	4.327	23.252	12.175
Materiais auxiliares	6.800	6.661	12.402	11.761
Importações em andamento	1.348	378	1.600	832
Provisão para perdas em estoque	(1.493)	(1.264)	(2.078)	(1.610)
	62.482	51.137	103.072	83.960

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2017	2017
Saldos no início do exercício	(1.264)	(2.745)	(1.610)	(3.184)
Adições	(6.027)	(2.670)	(7.941)	(3.516)
Reversão / baixas	5.798	4.151	7.473	5.090
Saldos no final do exercício	(1.493)	(1.264)	(2.078)	(1.610)

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
ICMS - operações mercantis (i)	1.947	-	3.734	503
ICMS - aquisição de imobilizado	451	411	483	453
Impostos sobre vendas em trânsito	199	326	620	326
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (ii) - notas 23 e 24	16.294	-	16.294	-
PIS e COFINS - Créditos a recuperar	587	2.161	1.815	2.708
Impostos a recuperar - REFIS IV	249	481	249	481
Outros	109	100	667	803
	19.836	3.479	23.862	5.274
Não circulante				
ICMS - operações mercantis	-	8.934	-	8.934
ICMS - aquisição de imobilizado	1.122	1.550	1.181	1.578
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (ii) - notas 23 e 24	55.786	-	55.786	-
Outros	133	133	322	310
	57.041	10.617	57.289	10.822

(i) O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas.

(ii) Transitou em julgado em 13 de dezembro de 2018 ação proposta pela Companhia em 2006 contra a Fazenda Nacional (União) pleiteando a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Através do Despacho Decisório DRF/BH/SEORT 075/2019 foi deferido o pedido de habilitação do crédito, para compensação com débitos origem fazendárias. O valor histórico do crédito apurado, lançado em outras receitas operacionais (nota 23) foi de R\$39.470, e sua atualização monetária lançada em receitas financeiras (nota 24) foi R\$32.610.

11. PARTES RELACIONADAS - CONTROLADORA

Os direitos e obrigações de operações mercantis entre partes relacionadas possuem prazos de 90 dias para recebimento e liquidação podendo ser antecipado conforme fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a controladora e suas controladas.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas foram remunerados à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescidos de um *spread* de 5%, com vigência para 360 dias, todos podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas. As operações de curto prazo, conta corrente, não são remuneradas e são liquidadas em curtíssimo prazo.

A Companhia e sua controlada são mantenedoras da Associação Cedro Cachoeira, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo que as despesas e contribuições acumuladas no ano de 2018 totalizaram o valor de R\$ 87 (controladora) e R\$ 208 (consolidado), no ano de 2017 as despesas foram R\$ 62 (controladora) e R\$ 146 (consolidado).

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	Santo Antônio		Cedro Gestão		Mineração Cedrense	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Saldos						
Contas a receber	12.065	3.187	-	-	145	145
Fornecedores	(7.562)	(42.238)	-	-	-	-
Mútuo ativo (passivo)	(13.384)	(14.410)	-	-	-	-
Dividendo a receber	-	4.621	-	-	-	-
Transações						
Compras	(34.406)	(103.551)	-	-	-	-
Vendas	70.348	28.209	-	-	-	-
Despesas financeiras	(2.341)	(4.467)	-	-	-	-
Serviços de locação de imóveis	-	-	-	(373)	-	-

12. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração do conselho e diretoria	1.675	1.554	3.388	3.143

13. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

O principal ativo presente na rubrica refere-se a imóvel de 20.153m² localizado no município de Sete Lagoas-MG, está avaliado a valor justo em R\$2.701 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.701 em 2017). O método adotado para a avaliação do terreno consiste no método comparativo, através do confronto de dados de mercado, por entenderem como o mais indicado para o caso presente. O método é comparativo, porquanto a pesquisa de mercado realizada foi dirigida no sentido da apuração de valores médios, unitários básicos, praticados e/ou propostos para terrenos semelhantes e/ou comparáveis ao objeto de avaliação, quanto a sua localização e situação, sua topografia, seus serviços públicos essenciais, suas medidas e áreas, com destaque para o grau de aproveitamento dos mesmos, dentre outros fatores secundários, os quais pudessem vir a influir, direta ou indiretamente, na valorização ou desvalorização dos terrenos avaliados.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio - Sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 12 de janeiro de 1989 e inaugurada em 06 de dezembro de 1997. Instalada na área mineira da Sudene goza de incentivo fiscal de redução do imposto de renda, 75% sobre o lucro da exploração, até o exercício de 2017.

Cedro Gestão de Ativos S/A - Incorporada pela Cedro em 01 de março de 2017 (nota 1 - Reestruturação societária)

CGH Pacífico Mascarenhas Ltda - constituição e venda no exercício de 2017 (nota 1 - Reestruturação societária)

Incorporação, Compra e Venda de Imóveis Cedro Ltda - sociedade iniciada em 30/11/2018 com o capital social integralizado de R\$ 10.000,00 dividido em 100 quotas no valor nominal de R\$ 100,00, sendo 99 quotas da Cedro Cachoeira.

AGC - Armazéns Gerais Cedro Ltda - sociedade iniciada em 17/12/2018 com capital social integralizado de R\$ 50.000,00 dividido em 50 quotas no valor nominal R\$ 1.000,00, sendo 49 quotas da Cedro e Cachoeira.

As principais informações sobre as participações em empresas controladas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são sumarizadas como segue:

Informações das controladas

	Santo Antônio		CGH	Cedro Gestão
	31/12/2018	31/12/2017	27/06/2017	01/03/2017
Milhares de ações possuídas pela Companhia				
Ordinárias - sem valor nominal	610.920	610.920	-	-
Preferenciais - sem valor nominal	243.440	243.440	-	-
Quotas - valor nominal R\$ 1.000,00	-	-	8.784	28.120
Participação da Companhia				
No capital social integralizado	85,435%	85,435%	100%	100%
No capital votante	100%	100%	100%	100%
Patrimônio líquido	127.110	146.796	8.784	18.780
Lucros não realizados em operações ascendentes (<i>Upstream</i>) ⁽³⁾	(58)	(334)	-	-
Patrimônio Líquido ajustado	127.052	146.462	8.784	18.780
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>) ⁽³⁾	(264)	(54)	-	-
Incorporação da Cedro Gestão pela Cedro	-	-	-	(18.780)
Venda de investimento	-	-	(8.784)	-
Saldo do investimento	108.283	125.076	-	-
Lucro líquido do período/exercício ⁽²⁾⁽¹⁾	(19.686)	24.158	82	242
Lucros não realizados - venda para a controladora	276	183	-	-
(Prejuízo) Lucro líquido ajustado ⁽³⁾	(19.410)	24.341	82	242
Equivalência total	(16.583)	20.796	82	242

(1) Corresponde ao período de 12 meses.

(2) Corresponde aos meses de janeiro e fevereiro de 2017.

(3) Equivalência da Santo Antônio com 100% das operações descendentes e 85,435% das operações ascendentes.

Movimentação dos investimentos

	Santo Antônio	Cedro Gestão	CGH	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	108.984	18.538	-	127.522
Patrimônio incorporado pela Cedro em 01 de março de 2017	-	(18.780)	-	(18.780)
Aporte de capital em 18 de julho de 2017	-	-	8.784	8.784
Baixa por venda em 25 de agosto de 2017	-	-	(8.866)	(8.866)
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	(83)	-	-	(83)
Dividendos mínimos obrigatórios	(4.621)	-	-	(4.621)
Equivalência patrimonial	20.796	242	82	21.120
Saldos em 31 de dezembro de 2017	125.076	-	-	125.076
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	(210)	-	-	(210)
Equivalência patrimonial	(16.583)	-	-	(16.583)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	108.283	-	-	108.283

Composição dos investimentos

	2018	2017
Equivalência patrimonial	108.283	125.076
Ágio	834	834
Outros investimentos	9	-
Saldos	109.126	125.910

O sumário da demonstração financeira da controlada que possui participação de não controladores encerradas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão assim apresentados:

Balanço Patrimonial	2018	2017	Demonstração de Resultado	2018	2017
Participação da Controladora	85,44%	85,44%	Receita Líquida de Vendas	344.073	336.684
Ativo Circulante	150.359	141.670	Lucro Bruto	16.586	56.783
Ativo Não Circulante	161.213	159.155	Despesas Operacionais	(26.809)	(29.671)
Passivo Circulante	122.720	88.192	Resultado Financeiro	(10.495)	(10.067)
Passivo Não Circulante	61.742	65.837	IRPJ/CSLL	1.032	7.113
Patrimônio Líquido	127.110	146.796	(Prejuízo) Lucro líquido	(19.686)	24.158

15. IMOBILIZADO

	Controladora						Total
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Provisão Impairment	
Custo ou avaliação							
Em 31 de dezembro de 2016	94.268	234.935	19.521	43.498	2.916	(53.177)	341.961
Adições	-	-	-	-	4.716	-	4.716
Aporte de Capital CGH	(3.274)	(3.734)	(54)	(630)	-	-	(7.692)
Incorporação CGA	15.549	-	-	11.722	-	-	27.271
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.497)	-	-	(5.721)	-	-	(10.218)
Alienações e baixas	-	(2.191)	(29)	-	-	-	(2.220)
Transferências	2.860	1.161	52	-	(4.073)	-	-
Reversão por valor recuperável de ativos (impairment)	-	-	-	-	-	38.491	38.491
Em 31 de dezembro de 2017	104.906	230.171	19.490	48.869	3.559	(14.686)	392.309
Adições	-	-	1	-	9.997	-	9.998
Alienações e baixas	(15.746)	(512)	(127)	(6.975)	-	-	(23.360)
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	4.497	-	-	2.624	-	-	7.121
Transferências	2.063	3.808	410	1.354	(7.635)	-	-
Transf. Bens destinados a venda	(13.493)	-	(1)	(6.417)	-	-	(19.911)
Reversão por valor recuperável de ativos (impairment)	-	-	-	-	-	14.686	14.686
Em 31 de dezembro de 2018	82.227	233.467	19.773	39.455	5.921	-	380.843
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2016	(39.066)	(154.971)	(12.166)	-	-	-	(206.203)
Depreciação	(3.080)	(5.620)	(2.148)	-	-	-	(10.848)
Aporte de Capital CGH	185	3.070	49	-	-	-	3.304
Realização ajuste de avaliação patrimonial	92	-	-	-	-	-	92
Alienações e baixas	-	1.735	28	-	-	-	1.763
Em 31 de dezembro de 2017	(41.869)	(155.786)	(14.237)	-	-	-	(211.892)
Depreciação	(2.795)	(5.770)	(2.155)	-	-	-	(10.720)
Realização ajuste de avaliação patrimonial	83	-	-	-	-	-	83
Reversão da realização ajuste de avaliação patrimonial	(175)	-	-	-	-	-	(175)
Transf. Bens destinados a venda	4.626	-	1	-	-	-	4.627
Alienações e baixas	795	437	121	-	-	-	1.353
Em 31 de dezembro de 2018	(39.335)	(161.119)	(16.270)	-	-	-	(216.724)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2018	42.892	72.348	3.503	39.455	5.921	-	164.119
Em 31 de dezembro de 2017	63.037	74.385	5.253	48.869	3.559	(14.686)	180.417

	Consolidado						
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Provisão Impairment	Total
Custo ou avaliação							
Em 31 de dezembro de 2016	170.978	414.580	22.730	61.159	3.102	(53.177)	619.372
Adições	-	-	-	-	6.290	-	6.290
Aporte de capital CGH	(3.274)	(3.734)	(54)	(630)	-	-	(7.692)
Alienações e baixas	(482)	(2.490)	(30)	-	49	-	(2.953)
Transferências	2.860	1.983	108	-	(4.951)	-	-
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	-	-	-	-	-	35.001	35.001
Em 31 de dezembro de 2017	170.082	410.339	22.754	60.529	4.490	(18.176)	650.018
Adições	-	-	1	-	15.408	-	15.409
Alienações e baixas	(15.747)	(1.029)	(129)	(6.975)	330	-	(23.550)
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	4.497	-	-	2.624	-	-	7.121
Transferências	2.079	5.412	435	1.355	(9.281)	-	-
Bens destinados a venda	(13.493)	-	(1)	(6.417)	-	-	(19.911)
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	-	-	-	-	-	18.176	18.176
Em 31 de dezembro de 2018	147.418	414.722	23.060	51.116	10.947	-	647.263
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2016	(57.688)	(243.478)	(14.117)	-	-	-	(315.283)
Depreciação	(4.348)	(10.083)	(2.582)	-	-	-	(17.013)
Aporte de capital CGH	186	3.070	48	-	-	-	3.304
Realização ajuste avaliação patrimonial	440	-	-	-	-	-	440
Alienações e baixas	482	1.981	29	-	-	-	2.492
Em 31 de dezembro de 2017	(60.928)	(248.510)	(16.622)	-	-	-	(326.060)
Depreciação	(4.006)	(10.261)	(2.531)	-	-	-	(16.798)
Realização ajuste avaliação patrimonial	83	-	-	-	-	-	83
Reversão de realização ajuste de avaliação patrimonial	(175)	-	-	-	-	-	(175)
Bens destinados a venda	4.626	-	1	-	-	-	4.627
Alienações e baixas	795	806	122	-	-	-	1.723
Em 31 de dezembro de 2018	(59.605)	(257.965)	(19.030)	-	-	-	(336.600)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2018	87.813	156.757	4.030	51.116	10.947	-	310.663
Em 31 de dezembro de 2017	109.154	161.829	6.132	60.529	4.490	(18.176)	323.958

Custos de empréstimo capitalizados

Em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados R\$139 (R\$12 em 2017), na controladora e R\$219 (R\$33 em 2017) no consolidado. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 0,48% a.m., que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

Engenheiros e técnicos têxteis da Companhia elaboraram laudo de revisão de vida útil dos bens, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

Itens do imobilizado	Taxa anual de depreciação (%)	
	2018	2017
Edificações e benfeitorias	4,07	3,91
Máquinas, equipamentos e instalações	6,44	6,06
Veículos, móveis e utensílios	49,82	35,02

Perda (*impairment*) estimada de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia deverá reconhecer uma redução no saldo destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Em 31 de dezembro de 2018 o teste de *impairment* foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) pelo montante do ativo imobilizado.

A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia e de sua controlada, Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio, são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados. Essas premissas de crescimento de receita de 2018 foram projetadas para os anos de 2019 a 2022 na Companhia e para os anos de 2019 a 2022 na Controlada Santo Antônio, embasadas nas iniciativas presentes no plano de negócios, considerando: i) atualização constante do seu mix de produtos ii) aumento do volume de produção, principalmente no segmento de tecidos profissionais. As expectativas de crescimento das receitas foram bastantes conservadoras, considerando que para o período da projeção colocamos estimativas de produções anuais abaixo da capacidade total instalada, inclusive não atinge os patamares alcançados em 2013.

A Companhia entende que, mesmo atuando em mercado muito competitivo, inclusive com concorrentes asiáticos pode apresentar performances distintas devido às suas características individuais, tais como: estágio de maturação do parque industrial, aperfeiçoamento de sua mão de obra, custo de logística e energia elétrica.

Em relação ao preço médio de vendas, custos fixos e despesas, foi considerado um crescimento com base na taxa de inflação - IPCA ao ano. Uma vez que a maior parte dos insumos, mão de obra, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

Desta forma, a Companhia entende que ela e sua controlada submetidas ao teste de *impairment* terão melhoria de sua rentabilidade para os próximos anos, combinando as ações de aumento de receita e diluição de custos.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base em:

- CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) para o cálculo do custo de capital próprio;
 - Expectativa de mercado para a Selic média, acrescida de prêmio de risco para cálculo do capital de terceiros;
 - Ponderação entre participação do capital próprio e o de terceiros no capital total, partindo da situação atual e aproximando-se à média de mercado (setor) ao longo do tempo.
-

16. INTANGÍVEL

Custo	Controladora			Consolidado			
	Vida útil definida			Vida útil indefinida	Vida útil definida		
	Marcas e patentes	Softwares e licenças		Ágio	Marcas e patentes	Softwares e licenças	
			Total				Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.333	11.184	12.517	1.592	2.142	15.194	18.928
Adições	-	2	2	-	-	2	2
Alienações e baixas	-	(2)	(2)	-	-	(2)	(2)
Em 31 de dezembro de 2017	1.333	11.184	12.517	1.592	2.142	15.194	18.928
Adições	-	1.694	1.694	-	-	1.694	1.694
Alienações e baixas	-	(444)	(444)	-	-	(465)	(465)
Em 31 de dezembro de 2018	1.333	12.434	13.767	1.592	2.142	16.423	20.157
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2016	(1.292)	(9.791)	(11.083)	(758)	(2.100)	(13.801)	(16.659)
Amortização	(38)	(752)	(790)	-	(39)	(752)	(791)
Alienações e baixas	-	2	2	-	-	2	2
Em 31 de dezembro de 2017	(1.330)	(10.541)	(11.871)	(758)	(2.139)	(14.551)	(17.448)
Amortização	(1)	(580)	(581)	-	(1)	(580)	(581)
Alienações e baixas	-	444	444	-	-	465	465
Em 31 de dezembro de 2018	(1.331)	(10.677)	(12.008)	(758)	(2.140)	(14.666)	(17.564)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2018	2	1.757	1.759	834	2	1.757	2.593
Em 31 de dezembro de 2017	3	643	646	834	3	643	1.480

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora			
				2018		2017	
Modalidade	Moeda / indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP	R\$	2020	TJLP+7%	5	-	6	6
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI ⁽¹⁾	R\$	2023	2,50% a 5,50%	1.956	1.510	1.961	3.461
Mútuo - Acionistas	R\$	2020	140% CDI	1	950	1.201	-
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2020	100%CDI + 5,16% a 5,54%	12.039	5.417	8.884	17.769
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2022	100%CDI + 4,03% a 15,38%	13.083	12.680	11.801	905
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2021	148% CDI	15.088	25.000	499	16.500
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2024	100% SELIC + 4,30% a 8,00%	4.943	54.614	6.710	55.719
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2019	16,21% a 34,48%	21.250	-	21.365	-
Letra de Câmbio - Cap. Giro	R\$	2018	19,56%	-	-	8.854	-
Pré Pagamento de Exportação/Adiantament o de contrato de câmbio	US\$	2019	4,8% a 7,5%	5.940	-	6.100	-
Conta Garantida	R\$	2019	12,95%	13.808	-	5.492	-
				88.113	100.171	72.873	94.360
				Consolidado			
				2018		2017	
Modalidade	Moeda / indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP	R\$	2020	TJLP + 7,00%	140	-	145	144
Cédula de Crédito Industrial - FNE ⁽²⁾	R\$	2022	8,50%	2.239	17.320	1.699	19.521
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI ⁽¹⁾	R\$	2023	2,50% a 5,50%	3.561	2.538	3.569	6.089
Mútuo - Acionistas	R\$	2018	140% CDI	1	950	1.201	-
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2020	100% CDI + 5,16 a 5,54%	12.039	5.417	8.884	17.769
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2022	100% CDI + 4,03% a 15,38%	19.228	23.417	14.958	12.159
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2021	148% CDI	15.088	25.000	499	16.500
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	100% SELIC + 4,30% a 8,00%	7.286	74.961	10.909	76.888
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2018	16,21% a 34,48%	25.530	-	21.365	-
Letra de Câmbio - Cap. Giro	R\$	2018	19,56%	-	-	12.703	-
Pré Pagamento de Exportação/Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	2019	4,8% a 7,50%	7.912	-	6.100	-
Conta Garantida	R\$	2018	12,95%	13.808	-	1.362	-
				106.832	149.603	83.394	149.070

(¹) PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

(²) FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incluindo os juros futuros até a data contratual de pagamento, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019	-	57.576	-	83.381
2020	49.792	37.688	67.280	53.321
2021	26.203	16.825	38.202	23.120
2022	18.873	4.939	29.896	11.058
2023 a 2025	27.304	1.270	46.822	11.578
	122.172	118.298	182.200	182.458

A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$35.191 (R\$31.167 em 2017). Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$178.553 (R\$185.198 em 2017).

Covenants

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Cedro possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado não financeiras que contemplam, dentre elas: (a) questões relacionadas ao não atendimento das garantias dadas nos empréstimos; (b) alteração do Objeto Social da Companhia ou de qualquer um das garantidoras, exceto se devidamente comunicado ao credor; (c) a incorporação, fusão ou cisão da Cedro; (d) encerramento das atividades da Companhia, pedido ou decretação de falência, insolvência civil ou recuperação extrajudicial que não seja devidamente elidida no prazo legal; (e) questões relacionadas à inadimplência dos valores devidos.

Em 2018 a Companhia atendeu a todos os *covenants* contratuais aos quais está sujeita, tanto os *covenants* contábeis (financeiros), quanto os *covenants* não contábeis (não financeiros) foram satisfeitos. Diante do cumprimento das obrigações assumidas, não houve exigência de pagamento antecipado ou qualquer alteração nos termos inicialmente pactuados nos empréstimos e financiamentos contratados.

18. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação

das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

	Controladora				Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Depósitos Judiciais	Líquido	Tributárias	Trabalhistas	Depósitos Judiciais	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.189	159	(1.297)	51	2.620	590	(2.306)	904
Adições	105	163	(63)	205	154	602	(397)	359
Baixas	(1.212)	(34)	55	(1.191)	(1.975)	(360)	378	(1.957)
Atualizações	10	-	(34)	(24)	10	-	(55)	(45)
TRF Ativo								
Não Circulante	-	-	1.205	1.205	-	-	1.971	1.971
Saldo em 31 de dezembro de 2017	92	288	(134)	246	809	832	(409)	1.232
Adições	-	32	(122)	(90)	23	394	(318)	99
Baixas	-	(69)	90	21	-	(331)	230	(101)
Atualizações	7	-	(9)	(2)	7	-	(18)	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	99	251	(175)	175	839	895	(515)	1.219

Tributárias

PIS e Cofins

Com o transitou em julgado em 13 de dezembro de 2018 ação proposta pela Companhia em 2006 contra a Fazenda Nacional (União) pleiteando a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Administração decidiu baixar a contingência e providenciar o levantamento dos depósitos judiciais.

Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$ 7.330 na

controladora (R\$ 17.405 no consolidado) tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão. Destes valores, R\$509 na controladora (R\$700 no consolidado) referem-se a ações de natureza trabalhista. Ações de natureza fiscal (Imposto Territorial Rural - ITR, Contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros e Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) montam em R\$6.576 na controladora (R\$16.387 no consolidado). As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$245 na controladora (R\$318 no consolidado).

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

19. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

O capital social é de R\$150.000 e está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros acumulados.

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E RECEITA

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

21. RECEITA LÍQUIDA

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta				
Vendas mercado interno	442.550	455.715	742.169	717.222
Vendas mercado externo	13.061	19.150	26.127	24.693
	455.611	474.865	768.296	741.915
Deduções de vendas				
ICMS, PIS, COFINS e INSS	(69.964)	(71.627)	(109.994)	(99.823)
Devoluções e abatimentos	(3.723)	(4.744)	(8.609)	(7.054)
	(73.687)	(76.371)	(118.603)	(106.877)
Receita líquida	381.924	398.494	649.693	635.038

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários, incluindo custo de rescisões	47.404	45.285	83.269	79.205
Benefícios	16.891	15.092	30.487	27.429
Custos previdenciários e FGTS	16.865	16.439	30.099	29.101
Matéria-prima e materiais de consumo	183.462	205.300	333.927	289.265
Energia elétrica	23.766	21.618	41.182	40.247
Combustíveis	17.226	15.175	23.682	20.954
Manutenções/ serviços de terceiros	14.797	11.074	22.670	17.825
Depreciações e amortizações (Notas 15 e 16)	11.301	11.638	17.379	17.804
Comissões	7.098	8.104	13.776	13.335
Frete	10.359	11.668	20.650	20.047
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	1.673	3.158	3.486	6.306
Outras despesas	15.722	15.276	24.595	22.260
	366.564	379.827	645.202	583.778
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	322.639	337.385	571.703	515.597
Custo de ociosidade	1.580	1.789	3.396	2.859
Despesas comerciais	23.796	25.539	44.287	43.401
Despesas gerais e administrativas	18.549	15.114	25.816	21.921
	366.564	379.827	645.202	583.778

23. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outras Receitas				
Venda de energia elétrica	666	1.240	1.097	2.884
Receita na venda de imobilizado	20.525	13.740	20.492	13.994
Atualização Precatório	-	2.152	-	2.152
Reversão de perdas	10.786	3.318	11.059	4.514
Reversão <i>Impairment</i>	14.686	38.491	18.176	38.491
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (nota 10)	39.470	-	39.470	-
Outras receitas	416	1.479	894	1.815
	86.549	60.420	91.188	63.850
Outras Despesas				
Provisão para perdas	(615)	(4.204)	(1.256)	(4.756)
Despesas tributárias	(3.597)	(3.900)	(4.491)	(5.865)
Custos na venda de imobilizado	(22.007)	(9.241)	(21.827)	(9.245)
Perda de valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	-	-	(3.490)
Custo com energia	(346)	(962)	(760)	(1.675)
Outras despesas	(639)	(3.151)	(847)	(3.224)
	(27.204)	(21.458)	(29.181)	(28.255)
	59.345	38.962	62.007	35.595

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Descontos ativos	374	266	410	374
Receita de aplicações financeiras	104	206	197	348
Juros recebidos de clientes	1.978	1.650	2.874	2.445
Atualização de depósitos judiciais e do precatório	7	9.824	24	9.822
Atualização do crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (nota 10)	32.610	-	32.610	-
Outras receitas financeiras	561	1.056	595	1.399
	35.634	13.002	36.710	14.388
 Variações cambiais ativas	 5.551	 2.691	 9.068	 3.430
	41.185	15.693	45.778	17.818
Despesas financeiras				
Despesas financeiras - controladas	(2.341)	(4.467)	-	-
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(1.162)	(503)	(1.386)	(580)
Juros e encargos sobre financiamentos	(25.151)	(31.317)	(33.792)	(40.155)
Cessão de recebíveis	(5.748)	(9.470)	(10.978)	(16.101)
Descontos concedidos	(19)	(13)	(30)	(37)
Outras despesas financeiras	(2.165)	(1.215)	(2.750)	(1.639)
	(36.586)	(46.985)	(48.936)	(58.512)
 Variações cambiais passivas	 (5.559)	 (2.436)	 (8.297)	 (3.101)
	(42.145)	(49.421)	(57.233)	(61.613)
	(960)	(33.728)	(11.455)	(43.795)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está descrita a seguir:

	Controladora			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	55.487	43.467	55.487	43.467
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(13.872)	(10.867)	(4.994)	(3.912)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(4.146)	5.280	(1.492)	1.901
Perda por valor recuperável de ativos (impairment)	3.672	9.623	1.322	3.464
Outros	(192)	(353)	(83)	(77)
IR e CSLL ajustados	(14.538)	3.683	(5.247)	1.376

Incentivo da SUDENE	1.550	-	-	-
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	168	-	-	-
	(12.820)	3.683	(5.247)	1.376
Crédito utilizado para liquidação de débitos - adesão ao PRT/PERT	-	25.887	-	11.109
Reversão de crédito tributário não reconhecido contabilmente	8.202	(1.988)	2.987	(830)
IR e CSLL efetivos	(4.618)	27.582	(2.260)	11.655
Parcela corrente	(5.360)	-	(2.540)	-
Parcela diferida	742	27.582	280	11.655

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	51.655	39.917	51.655	39.917
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(12.914)	(9.979)	(4.649)	(3.593)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada na controlada	(886)	720	-	-
Perda por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	4.143	10.094	1.636	3.778
Outros	(196)	(250)	(96)	(15)
IR e CSLL ajustados	(9.853)	585	(3.109)	170
Incentivo da SUDENE	1.550	2.528	-	-
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	168	86	-	-
	(8.135)	3.199	(3.109)	170
Crédito utilizado para liquidação de débitos - adesão ao PRT/PERT	-	37.457	-	15.294
Reversão de crédito tributário não reconhecido contabilmente	4.178	(7.386)	1.153	(2.429)
IR e CSLL efetivos	(3.957)	33.270	(1.956)	13.035
Parcela corrente	(5.423)	(935)	(2.572)	(1.305)
Parcela diferida	1.466	34.205	616	14.340

(b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado abaixo:

Ativo	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	94.044	185.464	85.352	196.526	102.973	246.803	94.553	258.360
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	(12.027)	12.128	(12.070)	12.256	19.931	5.999	19.876	6.123
Base utilizada para liquidação de débitos inscritos na adesão ao PRT/PERT	-	(103.548)	-	(123.430)	-	(149.830)	-	(169.930)
Diferenças intertemporais	10.058	9.530	9.486	8.814	16.795	19.623	15.621	18.294
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	92.075	103.574	82.768	94.166	139.699	122.595	130.050	112.847
Alíquotas (i)	25%	25%	9%	9%	13,5% a 25%	13,5% a 25%	9%	9%
Crédito tributário	23.019	25.893	7.449	8.475	29.448	28.462	11.705	10.156
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (ii)	(13.852)	(16.597)	(3.991)	(4.983)	(17.389)	(16.828)	(6.496)	(5.136)
Total de Imposto de renda e contribuição diferidos ativos	9.167	9.296	3.458	3.492	12.059	11.634	5.209	5.020
Total de Imposto de renda e contribuição diferidos passivos	(22.174)	(23.045)	(8.681)	(8.995)	(28.788)	(29.829)	(12.670)	(13.097)
Impostos diferidos passivos	(13.007)	(13.749)	(5.223)	(5.503)	(16.729)	(18.195)	(7.461)	(8.077)

(i) As taxas efetivas de imposto de renda da controlada para Santo Antônio é 13,50% em 2018 e 2017;

(ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2026, conforme estudo aprovado pela Administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019	353	1.682	353	2.150
2020	569	3.564	569	4.970
2021	947	3.561	1.571	5.055
2022 e 2023	10.756	3.981	14.775	4.479
	12.625	12.788	17.268	16.654

(c) A movimentação dos tributos diferidos passivos são conforme apresentado abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	99.942	103.627	99.942	103.627	145.520	150.514	145.520	150.514
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(2.331)	(2.553)	(2.331)	(2.553)	(2.193)	(2.556)	(2.193)	(2.556)
Diferença depreciação contábil x fiscal (Parecer normativo nº 1 de 29/07/2011)	(1.154)	(1.132)	(1.154)	(1.132)	(2.554)	(2.438)	(2.554)	(2.438)
Base	96.457	99.942	96.457	99.942	140.773	145.520	140.773	145.520
Alíquotas	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%
Saldo impostos passivos diferidos	22.174	23.045	8.681	8.995	28.788	29.829	12.670	13.097

Subvenções governamentais

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia e sua controlada:

- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano calendário de 2018 até o ano calendário de 2027): Laudo Constitutivo do MIT nº 198/2018 e Laudo Constitutivo do MIT nº 216/2014 (ano calendário de 2014 até 2019) e Despacho Decisório nº 817 - DRF/BHE.
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano calendário de 2018 até o ano calendário de 2027): Laudo Constitutivo do MIT nº 353/2018 e Laudo Constitutivo do MIT nº 119/2010 (ano

calendário de 2010 até 2019) e processo da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 15504.727442/2018-31 e 10620.000.494/2010-69, Ato Declaratório Executivo DRF/STL/MG nº 001/2011;

A Companhia procede a contabilização da reserva de lucros referente a subvenção para investimento conforme estabelecido pelo Art. 30 da Lei No. 12.973 de 13 de maio de 2014 que determina a utilização da reserva de incentivo fiscal a partir da absorção de prejuízos, desde que anteriormente tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal. Adicionalmente, de acordo com o § 3º da lei mencionada anteriormente, se, no período de apuração, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais e, nesse caso, não puder ser constituída como parcela de lucros nos termos do caput, esta deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

26. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para nos exercícios de 2018 e 2017 (em milhares, exceto valores por ação):

	2018			2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido do exercício	27.741	20.868	48.609	47.199	35.505	82.704
Denominador						
Média ponderada do número de ações	5.707	4.293	10.000	5.707	4.293	10.000
Lucro líquido básico e diluído por ação	<u>4,86</u>	<u>4,86</u>	<u>4,86</u>	<u>8,27</u>	<u>8,27</u>	<u>8,27</u>

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

27. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2018 a cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de

qualquer natureza, totaliza na controladora R\$34.448 (consolidado R\$60.000) e em 2017 na controladora R\$43.450 (consolidado R\$69.020). Com relação ao seguro de veículos em caso de sinistro a Companhia receberá de forma integral os valores conforme determinados pela tabela FIPE, totalizando na controladora R\$7.120 (consolidado R\$ 7.902).

28. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Capitalização de juros de empréstimos	139	21	220	33

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fabiano Soares Nogueira - Presidente
Breno Mattos de Magalhães Mascarenhas - Vice-Presidente
Silvio Diniz Ferreira Júnior
André Maurício Miranda
Victor Mascarenhas de Freitas Borges
Ricardo Cançado Dias
Marcos Mattos de Magalhães Mascarenhas
Renato Mascarenhas Alves
Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz
Adauto Alves Ribas
Clarissa Cançado de Lara Resende (a partir de 21/05/2018)
Marcelo de Moura Lara Resende (até 21/05/2018)

DIRETORIA

Marco Antônio Branquinho Junior - Diretor Presidente
Fábio Mascarenhas Alves - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Luiz César Guimarães - Diretor Comercial

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares - Gerente de Controladoria - Contador CRC-MG 32.041/O-4
Antônio Pereira Filho - Contador CRC-MG 49.896/O-1
